

E, aqui, os homens se vendem ³⁶⁹

Nesta cidade mercantilista, em que até as pessoas têm seu preço, há dois tipos de **lobby**: o aberto, disfarçado de mera assessoria, quase institucionalizado, e por intermédio do qual o escritório lobista cobra — contra recibo — por seus serviços, e o **lobby** negro, que atua nos bastidores e é sem dúvida o mais rentável.

Sem recibos, e sem que seus autores apareçam, ele funciona à custa de comissões, subornos, corrupções, e tem como importante personagem os modestos assessores das grandes personalidades.

Vejamos o depoimento de um desses assessores, que afirma ter resistido até agora a todas as propostas, e cujo nome, por motivos óbvios, não deve ser divulgado:

— A corrupção, hoje, nos médios escalões do governo, é escandalosa. Antes, quando a imprensa estava sob censura, nada surgia, e de alguma forma parece que ela era praticada quase que apenas nos altos escalões, pois a centralização era maior. Com o tempo, e até favorecida, paradoxalmente, por uma pequena abertura, ela se espalhou por todos os setores, e grassa de cima a baixo. Ela se dá agora principalmente entre assessores.

— Muitas vezes — continua este assessor — um ministro, por exemplo, ignora que está sendo usado por seu assessor. É comum empresas que estão em dificuldades convidar ministros e até o presidente para visitar suas instalações. Em troca da organização dessas visitas, que são o ponto de partida para negócios com funcionários do governo, o assessor pode ganhar presentes como um automóvel, uma casa ou mesmo dinheiro à vista, 20 milhões de cruzeiros.

— Propiciar contatos, entrevistas ou conseguir cartas de recomendação transformou-se num excelente negócio para os assessores. Recentemente, um empresário visitou-me e disse-me o seguinte: "Olha aqui, fulano, sei que você é pobre. Estou em dificuldades: vamos, então, nos ajudar. Você me consegue uma carta do chefe recomendando-me à Caixa Econômica Federal e eu lhe dou um bom presente de dez milhões de cruzeiros". Assim, na bucha.

A ILHA DA FANTASIA

FINAL



Por
LUIZ FERNANDO EMEDIATO
Enviado especial

(Aqui, um parêntese. A testemunha de uma conversa de coquetel relata que, já meio alegre, no terceiro ou quarto uísque, uma importante autoridade da área econômica referia-se ao poder concentrado em suas mãos, que até mesmo o espantava, e ao lembrar que podia, com uma simples assinatura, arruinar um império econômico privado, concluía: "O **granol** que bate em nosso peito é tanto, tão inimaginável, que é preciso ser muito forte para resistir".

E nosso assessor prossegue:

— Para quem tem o salário de mais ou menos um milhão de cruzeiros mensais, deve ser realmente muito difícil resistir a uma proposta dessas: 10% sobre um negócio envolvendo bilhões de cruzeiros, presentes caríssimos, e às vezes para fazer coisas tão simples, nem ao menos ilegais, como uma assinatura, uma aproximação, um simples contato. É esse o perigo: a coisa parece honesta, no início, mas depois engrossa e o sujeito se vê completamente envolvido e não pode mais sair. A gente está sempre escorregando em casca de banana. O próprio presidente da República já foi usado sem saber.

Os grandes escândalos

Mas os grandes negócios, que começam nas assessorias, num simples contato, terminam — como já é público — fechados entre as quatro paredes de um gabinete supremo. Os escândalos da Capemi (envolvendo militares, tecnocratas, jornalistas e até parentes do comandante militar

do Planalto, e ex-segundo homem do SNI, general Newton Cruz), Coroa-Brastel (envolvendo altos funcionários do Banco Central), Delfin e outros expuseram com toda a crueza as apodrecidas entranhas da corrupção oficial.

Alguns parlamentares, como o senador Murilo Badaró, acham que a institucionalização do **lobby** poderia até mesmo contribuir para a diminuição da corrupção, do **lobby** negro, das negociações. Badaró chegou a apresentar um projeto legalizando o **lobby** no Senado — um primeiro passo para sua institucionalização — mas a idéia foi embargada, temporariamente, pelo ministro Leitão de Abreu.

Os defensores da idéia querem que existam no Senado escritórios de **lobby** funcionando como assessoria parlamentar e até com instalações como as dos comitês de imprensa, com suas mesas, telefones, representação eleita. Quando os defensores do **lobby** aberto citam os comitês de imprensa como modelos de instalação, eles lembram que, muitas vezes, alguns jornalistas, a despeito do controle de suas redações, acabam por se envolver também — indevidamente, na opinião dos lobistas — em negócios particulares.

Seria injusto, entretanto, afirmar que há em Brasília muitos jornalistas a serviço de outras empresas além das de comunicação. Na verdade, o que ocorre é que, dos seus postos nas salas de imprensa de ministérios, autarquias ou no Congresso, eles acabam, em muitos casos, servindo a dois senhores: ao jornal, revista, TV ou rádio que representam e ao setor cujas notícias acompanham.

Por causa disso, alguns órgãos de imprensa tentam fazer um rodízio de seus profissionais nestas áreas, para evitar os comprometimentos, mas nem sempre tal controle é eficiente. No comitê de imprensa do Congresso, por exemplo, não são poucos os jornalistas que acabaram contratados por parlamentares ou pela própria Câmara ou Senado. O colunista Carlos Castello Branco, do **Jornal do Brasil**, lembra por exemplo que recentemente foi convidado para se candidatar à presidência do comitê de imprensa do Congresso, porque entre todos os que se dispunham a aceitar a função não havia um só que não fosse funcionário da Casa, o que os tornava automaticamente inelegíveis.

— Uma vez — lembra ainda Castello Branco — o jornalista Armando Rollemberg foi surpreendido com a notícia de que tinha sido contratado à revelia para uma função no Senado, e já havia um salário à sua disposição. E então ele teve de pedir para ser demitido antes mesmo de ser contratado. O número de assessores parlamentares na Câmara é uma coisa gigantesca.

O presidente da Câmara, deputado Flávio Marçílio (PDS do Ceará), tornou-se notável por ter assegurado empregos para dezenas de jornalistas — tantos que, em determinado período, acabou merecendo uma extraordinária e simpática cobertura da imprensa. Para os parlamentares, dispor de um jornalista a seu serviço em cada órgão de imprensa é algo precioso: muitas vezes é possível sair assim do mais penoso anonimato.

Mas se esse trabalho de **lobby** parlamentar junto à imprensa é sempre subterrâneo, o mesmo não se pode dizer do **lobby** empresarial junto aos parlamentares. Como diz o senador Murilo Badaró, o mais ardente defensor do **lobby** aberto, como nos Estados Unidos, "não vejo nada ilegítimo no fato de alguém vir ao meu gabinete defender seus interesses, desde que não faça propostas indecorosas".

Ele acha até que o **lobby** deverá crescer com a abertura, e na realidade, de acordo com outros analistas, isso pode ser verdade, na medida em que o avanço da democracia acabará por golpear profundamente os lobistas **negros**, os propiciadores de contatos subterrâneos entre empresários e autoridades.

— Antes — diz o colunista Carlos Castello Branco, um dos mais bem-informados da Cidade — as empresas preenchiam alguns de seus postos com pessoas de grande influência política, para atuar junto ao governo. Mas essas pessoas não existem mais e criaram-se os cargos de "abre-portas", preenchidos por militares, principalmente aqueles generais da reserva que têm liberdade para pegar as maçoetas e empurrar as portas dos grandes gabinetes sem se anunciar e sem pedir licença.



Acima e abaixo, duas visões de Brasília: os privilegiados habitantes da Corte velejando no lago Paranoá, e os pobres...

Arquivo